

ORÇAMENTO

07 DEZ 1988

Uma corrida contra o relógio

JORNAL DA TARDE

O recesso parlamentar que deve começar no próximo dia 15 provocou uma verdadeira corrida contra o relógio para a Comissão Mista de Orçamento entregar até amanhã de manhã o projeto de lei do Orçamento/89 para ser votado pela Câmara e pelo Senado. Pretendia-se que o projeto entrasse em pauta sábado ou domingo, durante o esforço concentrado, mas notícias posteriores davam conta de que não ficaria decidido se haveria votação no fim de semana. No entanto, o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, já havia pedido aos deputados, por telegramas e telefonemas, que estivessem em Brasília para a votação que deve ir de amanhã, apesar do dia santo (Nossa Senhora da Conceição) — a domingo.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, Cid Carvalho (PMDB-MA), formou um pequeno grupo com representantes

de todos os partidos, para negociar com os autores dos 1.140 destaques uma forma de apressar a sua votação. A idéia é encontrar os pontos comuns entre as várias propostas sobre uma mesma emenda do relatório do senador Almir Gabriel, aprovado na véspera. Muitos destaques deverão ser rejeitados por inconstitucionalidade.

Ontem, a comissão votou apenas os capítulos do relatório de Gabriel, sobre a Câmara dos Deputados, Senado e Tribunal de Contas da União. Os trabalhos continuarão mesmo que não exista consenso em torno do pagamento da dívida dos Estados e Municípios. Cid Carvalho disse que a comissão deve definir essa polêmica sobre a dívida o mais rápido possível, para permitir a tramitação do projeto de lei dentro dos prazos regulamentares. Ele admitiu, porém, que se persistir o impasse entre governo e

Congresso, a questão poderá ser decidida no plenário. Do lado da comissão aceita-se entre Cz\$ 160 bilhões e Cz\$ 234 bilhões o total a ser pago pelos Estados e Municípios em 1989. O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (RS) um dos negociadores com o governo, afirmou que os atendimentos continuam, apesar da área econômica federal firmar posição para receber Cz\$ 402 bilhões.

Os presidentes do Congresso e da Câmara dos Deputados, respectivamente senador Humberto Lucena (PMDB/PB) e deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP), insistiram para que a comissão vote logo o projeto de lei orçamentária, sob pena de "aumentar ainda mais o descrédito do Congresso". À noite, antes de reiniciar a votação dos destaques, Cid Carvalho admitiu até votar o tópico da dívida, consciente da minoria dos governistas na comissão.